

APONTAMENTOS PARA A LEITURA DE *O PRÍNCIPE*, DE MAQUIAVEL

José Geraldo Poker*



Resumo

Em meio aos inúmeros trabalhos acadêmicos disponíveis sobre *O Príncipe*, de Maquiavel, pretende-se acrescentar uma contribuição um tanto diferente para sua leitura, enfocando três dos aspectos principais dos fundamentos epistemológicos da referida obra. Trata-se da apresentação de uma análise sobre as concepções maquiavélicas de natureza humana, da história e da condição do Estado, do príncipe e da política.

Palavras-chave

O Príncipe, Maquiavel, jogo da política, Estado.

Abstract

Among several available academic papers about Machiavelli's *The Prince*, a different contribution is intended to be added to its reading, focusing on three of the main aspects of the epistemological fundamentals of the above-mentioned work. The presentation is concerned with the analysis about Machiavelli's concepts of human nature, the history and condition of the State, of the Prince and politics.

Key-words

The Prince, Machiavelli, the frame of politics, state.

* Doutor em Sociologia pela FFLCH – USP, professor de Ciência Política da Faculdade de Direito de Marília – Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”.

Devido em grande parte à forma direta como Maquiavel tratou a política, sua obra *O Príncipe* tem merecido comentários e análises diversas, resultantes das reações que obteve desde que foi tornado público, ainda em meados do século XVI. Há, portanto, uma vasta literatura sobre a referida obra, desde profundas análises acadêmicas a rápidas resenhas disponíveis na Internet. O que justificaria, então, a pretensão deste ensaio, de novamente focar *O Príncipe*?

De início, responde-se à pergunta destacando a complexidade da obra: embora trate da política de maneira simples e objetiva, ainda há muito que se analisar e refletir sobre a instrumentalidade da teoria construída por Maquiavel. A obra *O Príncipe* possuiu leitores ilustres, e influenciou algumas das grandes teorias sociais e políticas formuladas a partir do século XVIII.

Pode-se citar, como exemplo, a presença do pensamento maquiavélico na teoria do Estado proposta por Rousseau, que textualmente citou *O Príncipe* no capítulo VI do livro III, de *O Contrato Social* (Rousseau, 1991, p.89). A despeito de sua concepção contratualista de sociedade e Estado, Rousseau incorporou a delicada condição política da estabilidade e do ordenamento social dentro de um Estado, fator este que não pode ser atribuído exclusivamente à racionalização da convivência entre as pessoas. Eis a característica do contrato proposto por Rousseau: para que se mantenha um Estado que garanta a liberdade e a igualdade, os cidadãos devem controlar passo a passo as atitudes do governo, dificultando que este venha a usurpar a soberania do Estado. Rousseau recomendou ao *povo* que atue como príncipe em relação aos governantes, invertendo a estratégia original de Maquiavel.

A mesma constatação pode ser feita quanto aos marxistas Lênin e Gramsci. Ambos se concentraram em analisar as possibilidades da classe operária vir a conquistar o poder do Estado, preocupando-se com a capacidade desta classe em exercer a hegemonia, isto é, de afirmar-se como classe politicamente dirigente. Observa-se neste ponto um raciocínio tipicamente maquiavélico, escondido em Lênin, mas explicitado por Gramsci na obra *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Trata-se da

dupla dimensão do poder: a conquista e a manutenção, que exigem, respectivamente, competências e estratégias distintas de quem se lança numa aventura política. Tal duplicidade do poder explica porque nem sempre o poder econômico se estende ao poder político, ou porque a burguesia, que já era classe economicamente dominante desde o final do século XV, teve de submeter-se à dominação da nobreza até o final do século XVIII.

Para que se mantenha no poder, o príncipe precisa desenvolver o conhecimento de governo, que se constitui, proporcionalmente, num desafio maior do que a conquista do poder. Esta tese maquiavélica tornou-se a essência do argumento construído por Lênin no combate às teses anarquistas. Basicamente, em *O Estado e a revolução*, Lênin dedica-se a justificar a necessidade da permanência do Estado e da ditadura do proletariado depois da revolução proletária, partindo da análise de Marx sobre o episódio da Comuna de Paris, ocasião na qual a classe operária conseguiu chegar ao poder do Estado, mas não conseguiu se manter ali por muito tempo. Em vista disso, Lênin defendeu a tese de que a classe operária precisa manter a existência do Estado na pós-revolução até o momento em que todas as pessoas se tornem capazes de exercer funções dirigentes. Caso contrário, na dissolução pura e simples do Estado pela revolução, como pretendiam os anarquistas, por possuir o conhecimento de governo, a burguesia poderia vir a tornar-se novamente a classe dominante, mesmo com o proletariado assumindo o controle dos meios de produção. Para Lênin, o Estado precisa ser *extinto*, o que implica na gradativa transferência de suas funções para a sociedade civil. Dessa forma, não se correria o risco de a revolução sofrer um contragolpe, e a classe operária voltar a ser classe oprimida, ainda que depois da eliminação do regime de propriedade privada.

Por fim, resta mencionar a teoria política de Max Weber. Segundo a apreciação de Bobbio (1995, p. 88), a influência de Maquiavel pode ser verificada na obra de Weber sobretudo através da teoria da dominação carismática. A observação de Bobbio, nesse sentido, carece de completude. Um conhecimento simples basta para constatar que, embora

não esteja explicitado textualmente, não somente o conceito de dominação carismática, mas toda a teoria da dominação legítima construída por Weber contém elementos maquiavélicos. Um exemplo dessa afirmação encontra-se na definição de Estado, segundo Weber, concebido como uma situação de dominação, que se mantém e se afirma quando há o reconhecimento de sua legitimidade como instituição que pretende o monopólio da força para conservação da ordem.

Da mesma forma que em Maquiavel, apesar da força que possui, o Estado visto por Weber pode desaparecer a qualquer momento, por causa da composição eminentemente política que o faz permanecer numa condição de intensa fragilidade. Para a manutenção de uma determinada ordem, portanto, a força somente não basta, é preciso antes que sua utilização seja considerada legítima pelas pessoas que se submetem a ela. É neste instante que se torna importante a atuação do príncipe, ou do político, cujos procedimentos se orientam por valores específicos e somente podem ser julgados segundo os preceitos da ética das responsabilidades, e não a das convicções, que balizam as condutas das pessoas na esfera social.

E em meio a tudo que já se leu e se escreveu sobre *O Príncipe*, acrescenta-se o presente ensaio, que pretende oferecer um roteiro de leitura privilegiando três aspectos epistemológicos, eleitos como fundamentais para a compreensão da complexidade e originalidade da teoria política maquiavélica.

As mudanças européias características da modernidade, da transição do feudalismo para o capitalismo, formam o contexto de Maquiavel e de sua obra. Na Itália de sua época, o antigo Império Romano dera lugar a um território fragmentado em cidades-estado em permanente situação de guerra entre si, para

o que recorria-se aos condottieri, chefes militares mercenários, ou a aliados estrangeiros, sobretudo França e Espanha.

A instabilidade política era seguida pela decadência econômica, provocada em parte pela queda do Império Romano do Oriente, que trouxe consigo o bloqueio à rota para as Índias, lugar do qual a burguesia italiana trazia mercadorias para vender à nobreza da Europa central. A emergência da burguesia mercantil centro-européia e a decadência da nobreza feudal completavam a inviabilização da atividade comercial italiana, que foi a precursora do mercantilismo europeu característico do século XV.

Apesar disso tudo, paradoxalmente aconteceu na Itália, e naquela mesma época, o Renascimento, cuja estética antropocêntrica trouxe novas possibilidades de explicação e superação dos problemas humanos, inclusive os políticos.

Como homem da política, ex-membro do staff do governo de Florença, e tomado pelo espírito renascentista, Maquiavel concluiu que a única solução para a crise italiana seria a unificação dos diversos reinos em torno de um governo centralizado, com um governante de poderes absolutos, a exemplo do que já existia na França, Espanha, Inglaterra, Portugal e Holanda, que descobriam no colonialismo a oportunidade de expansão territorial e de exploração econômica para a burguesia nascente.

A despeito de tudo que se diz em contrário, este foi o objetivo explícito de *O Príncipe*: oferecer a Lourenço de Médice, então príncipe de Florença, um guia de orientação através do qual pudesse unificar os reinos da Itália seguindo o modelo dos modernos estados acima citados. O guia escrito para Lourenço de Médice, no entanto, contém muito mais do que conselhos estratégicos de um político militante. Para ofere-

ção dos diversos reinos em torno de um governo centralizado, com um governante de poderes absolutos, a exemplo do que já existia na França, Espanha, Inglaterra, Portugal e Holanda, que descobriam no colonialismo a oportunidade de expansão territorial e de exploração econômica para a burguesia nascente.

“Para que se mantenha no poder, o príncipe precisa desenvolver o conhecimento de governo, que se constitui, proporcionalmente, num desafio maior do que a conquista do poder.”

cer conselhos, Maquiavel primeiro desenvolveu uma teoria da política considerando para tanto o poder e as suas contingências tal como se apresentavam para ele na realidade, sem se preocupar em construir idealizações. Por causa disso é que se pode atribuir a *O Príncipe* o momento de fundação da ciência política.

Como já se mencionou, em *O Príncipe* Maquiavel desenvolveu uma epistemologia dos fenômenos políticos que levam à concentração do poder dentro do Estado. Tal epistemologia pode ser encontrada basicamente em três elementos da construção teórica de Maquiavel: a concepção de natureza humana, a concepção da história e da condição do Estado, e a concepção do que seria o Príncipe na atuação política. Defende-se que através da análise dos elementos teóricos expostos, pode-se chegar a um conhecimento de *O Príncipe* geralmente não alcançado pelo iniciante na literatura política, a quem o presente artigo tem a pretensão de auxiliar. Mais ainda, pretende-se destacar nas concepções acima pontuadas algumas sutilezas teóricas importantes, que evidenciam a originalidade do pensamento político maquiavélico, em geral banalizado pelo jargão *o fim justifica os meios*. Tudo isso acredita-se poder demonstrar a seguir.

1. Sobre a concepção de natureza humana

Na construção lógica de *O Príncipe*, a tipificação da natureza humana é fundamental, dela começando todas as artimanhas para a conquista e manutenção do poder. Para Maquiavel, todas as pessoas compartilham de uma mesma natureza, que as faz agir de modo sempre previsível. Em geral, e a princípio, todas as pessoas carregam dentro de si a maldade e o egoísmo, são insatisfeitas e traiçoeiras. Dessas características resultam um comportamento político individual e outro coletivo. Maquiavel identificou no comportamento coletivo duas espécies de atitudes: a conduta do *povo*, que carrega um sentido positivo, ou de *vulgo*, no depreciativo. Como *povo*, diz Maquiavel, as pessoas não merecem confiança, porque "com satisfação mudam de senhor pensando melhorar e esta crença faz com que lancem de armas contra o senhor atual" (Maquiavel, 1986, p. 11). E não há possibilidade de qualquer conquista

política sem contar com o favor do *povo*. Fica o *Príncipe*, portanto, permanentemente ameaçado pela natureza do *povo*, mas sabendo que não pode render-se a ela, senão pode vir a não se manter como príncipe. Quando agem como *povo*, as pessoas têm como característica não querer serem dominadas e rejeitar quaisquer modificações no modo de vida cotidiano, o que impõe ao príncipe alguns deveres, dos quais não pode se furtar, como se conformar com os costumes, reconhecer a propriedade dos bens dos súditos e não aumentar impostos. Mas, se agindo como *povo* as pessoas impõem condições ao príncipe, a atuação como *vulgo* permite ao príncipe reagir e dominar o *povo*. Agindo como *vulgo*, as pessoas, conforme sua natureza, são pragmáticas, imediatistas e guiam-se apenas pela aparência. É nesse momento que as pessoas, apesar de egoístas, traiçoeiras e ingratas, tornam-se vulneráveis e são facilmente enganadas pelas artimanhas do príncipe.

Quanto às condutas individuais, elas são semelhantes às do *povo*, carregadas de egoísmo e infidelidade. No entanto, como se trata de indivíduos que agem isoladamente, eles não representam ameaça ao príncipe, desde que ele saiba enfrentá-los. E, individualmente, as pessoas se dividem em aliados ou adversários do príncipe na disputa pelo poder, não existindo posições fixas ou permanentes: os aliados de uma ocasião podem vir a tornar-se os adversários de outra e vice-versa.

A tudo isto ainda há que se acrescentar um elemento teórico típico da originalidade de Maquiavel. Embora sejam as pessoas naturalmente imbuídas de uma péssima índole e avessas à qualquer dominação, isso não as impede de serem dominadas. Para que uma dominação aconteça, não é preciso que o príncipe insista na modificação interior das pessoas; basta que ele conheça a natureza de seu *povo* e saiba explorá-la como *vulgo*. Esse é um raciocínio derivado da filosofia renascentista, de não reconhecer obstáculos de ordem natural que não possam ser superados pela inventividade humana. Os homens, empregando as mesmas leis da natureza, conseguem subvertê-la a seu proveito.

2. Sobre a concepção de história

Maquiavel dedicou dois capítulos de

O Príncipe para explicar sua concepção de história humana, notadamente em relação aos fenômenos políticos. E é através da formulação da concepção de história vinculada à política que melhor se pode perceber em *O Príncipe* o duplo esforço maquiavélico de apresentar uma obra que se constitua, ao mesmo tempo, em teoria e prática da atividade política. Incorporando o ideal renascentista, Maquiavel via a história humana como uma construção em

em constante movimento, derivada da relação entre duas forças: a fortuna (sorte) e a virtude (astúcia). A fortuna seria resultante de tudo quanto é alheio à subjetividade individual, o que impõe a esta última certas contingências. Nesse caso, na linguagem maquiavélica, por fortuna pode-se entender desde as forças naturais e orgânicas que condicionam objetivamente a vida efetiva de todos os seres, como os fenômenos climáticos ou as doenças, por exemplo, até o conjunto das conseqüências recíprocas da ação das pessoas sobre si mesmas e o ambiente, ações individuais que influenciam mutuamente novas ações, determinando a existência de uma realidade social objetiva em relação a cada indivíduo. Seriam classificados como fortuna, portanto, todos os fenômenos de ordem objetiva que extrapolam a capacidade de previsão ou de controle do sujeito.

A despeito de sua objetividade, a fortuna pode ser relativamente alterada pela ação individual, desde que dotada de virtude. Em *O Príncipe*, Maquiavel apresenta a virtude como o livre arbítrio, a força respon-

sável pela metade das ocorrências do destino, sendo a outra parte governada pela fortuna. Ação virtuosa é aquela cuja racionalidade proporciona o atuar de maneira adaptada às contingências do ambiente. Enquanto forma de ação, a racionalidade da virtude pode-se guiar pela ousadia ou pela cautela, posicionamentos estes que determinam o conteúdo da ação: avaliando as características do ambiente, o sujeito histórico tem

a possibilidade de formular e escolher as estratégias e tentar modificar suas contingências, sua sorte. Para exemplificar sua teoria do movimento da história, governada pela virtude e fortuna, Maquiavel (1986, p.140) utiliza a seguinte metáfora:

Comparo-a (a história) a um desses rios torrencias que, quando se encolerizam, alagam as planícies, destroem as árvores e os edifícios, carregam terra de um lugar para outro; todos fogem diante dele, tudo cede ao seu ímpeto, sem poder opor-se em qualquer parte. E, se bem

assim ocorra, isso não impedia que os homens, quando a época era de calma, tomassem providências com anteparos e diques, de modo que, crescendo depois, ou as águas corressesem por um canal, ou o seu ímpeto não fosse tão desenfreado nem tão danoso.

Da concepção geral de história, Maquiavel apresenta também em *O Príncipe* uma leitura original da história da política, isto é, das experiências bem e mal sucedidas de conquista e manutenção do poder. Para Maquiavel, embora as circunstâncias sejam variáveis dentro da história, em se tratando da atividade política, esta possui certas regras e assemelham-se a um jogo, por isso o autor recomenda a observação do exemplo de grandes personagens,

porque palmilhando os homens, quase sem



pre, as estradas batidas pelos outros, procedendo nas suas ações por imitações, não sendo possível seguir fielmente as trilhas alheias nem alcançar a virtude do que se imita, deve um homem prudente seguir sempre pelas sendas percorridas pelos que se tornaram grandes e imitar aqueles que foram excelentes, isto para que, não sendo possível chegar à virtude destes, pelo menos daí venha a auferir algum proveito; deve fazer como os arqueiros hábeis que, considerando muito distante o ponto que desejam atingir e sabendo até onde vai a capacidade de seu arco, fazem mira bem mais alto que o local visado, não para alcançar com sua flecha tanta altura, mas para poder com o auxílio de tão elevada mira atingir o seu alvo. (Maquiavel, 1986, p.35)

3. Sobre a natureza e a condição do Estado, do príncipe e da política

Para Maquiavel, no jogo político do qual resulta o Estado, há três tipos de jogadores: o povo, os grandes (ou poderosos) e o príncipe, o protagonista maquiavélico. Num contexto político real, os atores todos estão jogando ininterruptamente e podem combinar-se como aliados ou adversários em situações pontuais, temporárias. Deve-se ressaltar que, na concepção maquiavélica, nenhum dos atores é passivo, ou seja, deixa-se dominar sem resistência permanente. A intenção de todos eles é ganhar o jogo, o que significa assumir e manter o controle absoluto do poder político dentro do Estado.

O povo quer emancipar-se, tornar-se livre da dominação. Os grandes querem o contrário, dominar o povo. O príncipe é aquele que pretende dominar os dois primeiros, concentrando em si todo o poder político. O povo e os grandes são componentes contraditórios de uma mesma coletividade. Já o príncipe pode surgir de dentro da coletividade, como resultado da contradição, ou vem de fora, proveniente de uma situação de dominação já provisoriamente consolidada numa outra coletividade.

No começo do jogo disputam apenas o povo e os grandes. O príncipe entra quando um dos jogadores se sente enfraquecido e, com receio de perder a disputa, alia-se ao prínci-

pe. Caso o príncipe alie-se ao povo, torna-se mais difícil conquistar o poder, que com maior facilidade mantém. Se o príncipe alia-se aos grandes, conquista o poder com facilidade, mas a permanência é sempre difícil.

A existência de um Estado representa a vitória temporária do príncipe sobre os grandes e o povo, ou do povo sobre o príncipe e os grandes, ou ainda do príncipe e dos grandes sobre o povo. E porque representa o resultado momentâneo de uma disputa constante, Maquiavel configura o Estado como um fenômeno de existência frágil, que pode desaparecer ou mudar de forma a qualquer momento. O Estado, na ótica maquiavélica, não possui uma estrutura fixa e perene.

Ao contrário, porque o Estado se posiciona dentro das disputas entre as três forças, ele resulta de conjunturas, cuja marca é a instabilidade. Trata-se o Estado de uma situação de estabilidade provocada pela tensão entre as forças resultantes da atuação dos três jogadores. Tem-se aqui uma concepção original de Estado muito diferente da teoria do contrato, da qual derivou, entre outras, a formulação marxista, que como Maquiavel, considera Estado e governo como uma única e mesma coisa.

Conforme o resultado da disputa política, o Estado pode assumir duas formas, principado ou república, respectivas aos objetivos do jogo para os três atores. Se o povo mantém-se vencedor, tem-se a liberdade republicana, exercida como aristocracia ou democracia. Se os grandes vencem, ocorre o principado oligárquico. E se o jogo do príncipe for bem sucedido, tem-se a possibilidade de uma monarquia.

Há ainda variantes quanto às formas do Estado, derivadas das eventuais alianças entre os jogadores. Da aliança entre o príncipe e o povo, pode ocorrer o principado civil, meio termo entre a democracia republicana e a monarquia. E da aliança entre o príncipe e os grandes tem-se uma monarquia aristocrática, meio termo entre a monarquia e a oligarquia.

Para além dos resultados genéricos principado ou da república, Maquiavel apontou a possibilidade de um terceiro desfecho para o enfrentamento das forças. Trata-se da desordem política, que ocorre quando as forças em disputa não mais se polarizam. Não

havendo mais tensão entre as forças, o Estado perde a sustentação e desaparece. Novamente, pode-se observar a influência de Maquiavel sobre a teoria do Estado no marxismo.

Mas como sugere o próprio título da obra, em *O Príncipe*, Maquiavel concentrou-se na análise e sugestão de estratégias para o príncipe. Este se constitui num jogador essencial para Maquiavel, por ser um indivíduo que, com sua energia criadora, pode vir a construir, sozinho, todo um Estado. Deve-se lembrar que um dos objetivos da obra em análise foi o de apresentar um plano viável para a unificação da Itália.

O príncipe é uma pessoa que tem como característica assumir a política como modo de vida. Para Maquiavel, isso significa desejar permanentemente a conquista e a manutenção do poder absoluto, quer dizer, sem que precise repartir o poder com mais ninguém. A vida do príncipe é a tentativa de conquista permanente, e ao mesmo tempo, a preocupação em manter sob seu domínio o que foi conquistado.

Por causa da dupla tarefa que sua natureza de ser lhe impõe, o príncipe precisa avaliar constantemente as forças que dispõe em relação a possíveis objetos de conquista, não esquecendo de monitorar as intenções dos movimentos do povo e dos grandes, não importando que eles sejam aliados ou adversários do príncipe.

Em sua atuação, recomenda Maquiavel, o príncipe deve desenvolver-se no plano prático e teórico da política, ou seja, aprender com as próprias experiências e aperfeiçoar-se com a leitura

das histórias e nelas observar as ações dos grandes homens, ver como se conduziram nas guerras, examinar as causas de suas vitórias e de suas derrotas, para fugir às responsáveis por estas e imitar as causadoras daquelas... (Maquiavel, 1986, p. 87).

E como se trata da realização de sua condição de existência, o jogo da política para o príncipe não pode ser dirigido pelas limitações de ordem ética, legal ou moral. Tal consideração é seguramente aquela que mais assusta os leitores de Maquiavel. Na conquista e manutenção do poder, qualquer expediente pode ser válido, desde que proporcionem um resultado favorável ao príncipe. Pode um príncipe tomar o poder mediante traições, golpes de Estado ou usurpações, ou ainda usar da crueldade para chegar ao poder absoluto. Mas essas condutas somente serão consideradas válidas se o príncipe conseguir manter-se no poder.

Sobre as dimensões legal, moral e ética da política segundo Maquiavel, o enunciado do senso-comum de que os fins justificam os meios é equivocado. O que justifica os procedimentos do príncipe não são os fins que deseja atingir, suas intenções. Trata-se antes daquilo que consegue efetivamente, dos resultados das ações, estes sim é que vão validar ou invalidar a atuação política do príncipe.

O mesmo raciocínio pode ser observado, em parte, na teoria de Max Weber, para quem a

esfera da ação política é uma esfera distinta da esfera de ação social. A ação política é orientada conforme a ética da responsabilidade, que enfatiza a preservação do Estado. Diferente é a vida cotidiana, orientada pela ética das convicções, pela moral contida nas tradições, nos costumes.

Na perspectiva de Maquiavel, a vida política possui sua própria ética, que corresponde em exata medida à natureza do príncipe, o desejo inexplicável que o leva a agir com o pensamento fixo em alcançar e centralizar o poder em qualquer lugar, custe o que custar. Na avaliação maquiavélica, o bom príncipe seria aquele que consegue dominar

“Para Maquiavel, no jogo político do qual resulta do Estado, há três tipos de jogadores: o povo, os grandes (ou poderosos) e o príncipe, o protagonista maquiavélico.”

de maneira absoluta, subordinando tanto os grandes quanto o povo.

Quanto à promoção do bem comum, ele não pode ser considerado o objetivo das estratégias do jogo do príncipe. Consiste num fator acidental. O príncipe deve preocupar-se apenas consigo mesmo e com a própria realização, a conquista e manutenção do poder, o que não precisa ser necessariamente acompanhado do bem comum. Um príncipe pode manter-se no poder sem que para isso proporcione o bem-estar para o povo ou para os grandes. Tudo depende da virtuosidade do príncipe, de suas estratégias e artimanhas, daquilo que esconde e mostra de si mesmo, da maneira como faz e se desfaz dos aliados.

O que é fundamental para se entender o jogo do príncipe segundo Maquiavel, é que o príncipe sempre joga somente para si, para a conquista e manutenção do poder absoluto. Não cabem objetivos de outros jogadores na estratégia do príncipe. Por isso ele não pode se render a compromissos assumidos com eventuais aliados. Muito pelo contrário, o príncipe sequer precisa honrar a palavra dada, segundo Maquiavel, ou só cumprirá promessas se isso lhe for conveniente.

A descrição do perfil do príncipe e a forma de seu jogo, elaboradas de maneira tão simples e direta, seguramente impressionaram Rousseau. Tanto que o levaram a ler *O Príncipe* ao contrário, subvertendo as intenções originais de Maquiavel, influenciando inclusive a leitura marxista, sobretudo aque-

la de Gramsci, como já foi assinalado. Para Rousseau, a lição deixada por Maquiavel é clara: caso queira conquistar a liberdade e manter-se livre num Estado ideal, é preciso que um povo aprenda a agir como príncipe para permanecer detentor da soberania, e para que jamais precise recorrer a um deles para exercer o governo. Mas caso precise de um príncipe, um povo deve saber como controlá-lo, para não se deixar dominar por ele. Talvez seja esta uma das principais lições já apreendidas pela leitura de Maquiavel, cuja teoria, como já se disse, contém muito mais que o bordão *o fim justifica os meios*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, N. *A teoria das formas de governo*. 8 ed. Brasília : UnB, 1995.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 8 ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1991.

LENIN, V. I. *O Estado e a revolução*. São Paulo : Global, 1987.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. São Paulo : Bertrand Brasil, 1986.

ROUSSEAU, J. J. *Do contrato social*. 5 ed. São Paulo : Nova Cultural, 1991.

WEBER, M. *Economia y sociedad*. 11 reimpressão. México : Fondo de Cultura Económica, 1997.